

Linguagem e gênero em propostas à Constituinte

DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v1i1.1553>

IZABEL MAGALHÃES

Abstract

In this paper, I analyse a *corpus* of women's proposals to the 1988 Brazilian Constitution. These written texts show linguistic traces associated with heterogeneous orders of discourse. We can interpret in them meanings associated with women's struggle for social and political identity. In addition, we can find men's presuppositions carrying naturalized ideologies proper to patriarchal society. At the end of the paper, I comment on the need to develop Critical Language Awareness in Brazilian women.

Introdução

Trabalhos recentes dedicados ao estudo do discurso da mulher sugerem que ele é fragmentado: faltariam palavras para expressar as experiências especificamente femininas. Em virtude disso, algumas mulheres, no Inglaterra, se engajaram numa prática de conscientização através da qual se estimula a comunicação e o partilhamento de experiências, e a discussão da origem e natureza da opressão feminina (Cameron, 1985:5).

Algumas mulheres lingüistas defendem a idéia de que a linguagem é propriedade do homem, restando à mulher tão somente empregar um instrumento de comunicação alienante, inadequado para expressar sua própria realidade. A influência desse tipo de formulação se exemplifica pela importância dada ao livro de Dale Spender (1980), *Man made language*. O fato é que, tanto na tradição européia (semiológica) como na americana (lingüística antropológica), o uso lingüístico se põe no centro do debate político feminista.

E verdade que, numa sociedade patriarcal, há uma grande desigualdade entre os papéis masculino e feminino. Assim é que falar do lugar de mulher, em determinadas situações, pode não ter peso algum. Não resta dúvida que tal desigualdade, na sociedade brasileira, tem condenado um grande número de mulheres ao silêncio e conseqüente apagamento social. Constata-se mesmo uma violência simbólica contra as mulheres, que se ilustra pelo uso lingüístico no trânsito ("Só podia ser mulher!") e insultos verbais e não-verbais (Bourdieu, 1977). Por outro lado, as

discussões políticas importantes são reservadas tradicionalmente aos homens, embora recentemente algumas mulheres hajam conquistado cargos políticos de destaque.

Entretanto, a realidade da mulher no Brasil é bastante variável. A mulher que trabalha tem uma participação maior nas discussões políticas, econômicas e culturais do que a mulher doméstica cuja rede comunicativa se restringe à família, parentes e amigos; Existe uma enorme diferença também entre a mulher urbana, que convive num meio influenciado pela mídia, e a mulher rural que é bem menos atingida por esta força padronizadora de opiniões e hábitos lingüísticos. Uma outra variável, de grande significância, é o grau de escolaridade. Nas pequenas cidades e nos povoados do interior do Brasil, ainda é uma prática comum os filhos estudarem na capital do estado, onde os recursos educacionais são maiores, enquanto as filhas permanecem em casa, à espera de casamento. Tal prática, sem dúvida, é produto de um contexto social que privilegia o homem. A mulher instruída tem uma capacidade de reivindicação não encontrada na mulher analfabeta, ou de baixo nível de escolaridade.

O objetivo deste trabalho é investigar as relações entre linguagem e gênero[^] em propostas à Constituinte. Os dados, provenientes do "Serviço de Apoio Informativo à Constituinte" (SAIC), um banco de dados do Senado Federal, apontam a influência dominante de representações masculinas no discurso da mulher. Os textos que analiso foram selecionados entre 23.617 (32,48%) propostas elaboradas por mulheres à nova Constituição do Brasil (Magalhães, 1991).

1. Relações de poder desiguais

As propostas apresentam determinadas versões das relações sociais no Brasil: elas têm um conteúdo ideológico. Muitas se insurgem contra práticas "sexistas". Outras se baseiam em pressupostos originados em grupos dominantes masculinos. Tais pressupostos tomam como natural e universal o que é, na verdade, a visão particular dos homens. Os tipos de discurso que funcionam dessa forma, que chamarei naturalizados, contribuem para manter relações de poder desiguais (Fairclough, 1989:33).

A análise das propostas revela alguns tipos de discurso. Os tipos de discurso³ representam determinadas versões da sociedade brasileira, na medida em que se baseiam em determinadas convenções para a produção e interpretação do discurso ou ordens do discurso, um conceito do filósofo francês Michel Foucault (1971). As ordens do discurso se relacionam a ordens sociais que estruturam o espaço social em diversos domínios. Os domínios estão associados a tipos de prática.

O termo gênero será empregado, neste trabalho, com dois sentidos. No primeiro sentido, trata-se de conceito corrente nos estudos culturais da mulher. No segundo, refere-se à categoria gramatical (cf. seção 2). Há momentos, porém, em que uso o termo nos dois sentidos, como no título.

Eni Pulcinelli Orlandi (1987:154) propõe três tipos de discurso, categorias que podem ser aplicadas a diversos discursos: os tipos autoritário, polêmico e lúdico. Minha concepção de tipos de discurso se prende à noção de ordens de discurso, de Michel Foucault (1971). Considero que os tipos de discurso não podem ser reduzidos a três categorias definidas previamente, já que variam de acordo com as redes de discurso associadas às ordens sociais.

A estruturação do discurso em ordens e as mudanças ocorridas nestas estruturas com o passar do tempo são determinadas pelas relações de poder na sociedade (Fairclough, op. cit, p. 30).

2. Linguagem e gênero

Uma categoria gramatical que reflete pressupostos masculinos naturalizados, isto é, tidos como naturais, é a do gênero. Um exemplo típico é o chamado masculino "não marcado" ou genérico, como neste exemplo, extraído da proposta de uma mulher solteira, com rendimento, entre 25 e 29 anos, residente em Vitória, Espírito Santo: "Para quem trabalha no comércio, que seja bem remunerado" (60826L010246)*. O pronome "quem" se refere a pessoas do sexo masculino e do sexo feminino, porém o adjetivo "remunerado", que qualifica o pronome, é do gênero masculino.

Existem os gêneros natural e gramatical. No primeiro, são indicadas as diferenças de sexo encontradas entre as criaturas, como no inglês. No segundo, todos os substantivos são classificados, inclusive os que se referem a objetos. É o caso do português, era que alguns substantivos recebem a desinência masculina - o, e outros, a desinência feminina - a, independente de sexo.

Os lingüistas afirmam que o gênero é uma categoria gramatical que nada tem a ver com o sexo (Lyons, 1968:284), mas um grupo de mulheres lingüistas discorda, buscando evidências na tradição filológica, da Grécia Antiga aos filólogos europeus do século XIX. Por exemplo, o filólogo germanista Grimm propõe uma teoria segundo a qual o gênero gramatical é um estágio mais avançado do gênero natural. Segundo Grimm, as línguas desenvolvem o gênero gramatical quando passam do estágio de simples reconhecimento de criaturas do sexo masculino e criaturas do sexo feminino para um estágio posterior de formulação de princípios abstratos, em que todos os substantivos podem ser classificados. Grimm explicita as qualidades associadas a cada sexo: "O masculino significa o anterior, maior, mais firme, mais inflexível, rápido, ativo, móvel, produtivo; o feminino é posterior, menor, mais suave, mais parado, sofredor, receptivo" (citado in Cameron, op. cit., p. 65). Este tipo de formulação é claramente de conteúdo ideológico, pois estende à gramática um ponto de vista masculino. Não há razão alguma para que o feminino seja "sofredor" e o masculino "produtivo".

Na verdade, a gramática de uma língua é um produto de determinadas relações sociais. O português oferece um exemplo prototípico. Segundo Cunha, o gênero feminino no português se forma de duas maneiras: (a) com um radical diferente do masculino, e.g.: homem-masculino, mulher-feminino; (b) por derivação do radical do masculino, substituindo-se "ou acrescentando-se desinências, e.g.: cantor-masculino, cantora-feminino (Cunha, 1971:133). A regra de derivação do feminino corresponde à definição de Grimm acima, de "anterior" **para o** masculino e "posterior" para o feminino. Tal prática se origina **em um tipo** de senso **comum** próprio da sociedade patriarcal, representando **a** dominação dos homens sobre as mulheres

3- Tipos de discurso

A investigação da construção do gênero nas propostas das mulheres à nova Constituição brasileira revela dados significativos. A mulher reivindica um lugar na Constituição. Como diz uma mulher de Taquaritinga, São Paulo, ela fala "em nome de toda a classe feminina" (60528L022548), Nota-se, nesta frase, a percepção de grupo, fundamental para a reivindicação de espaço social.

Entretanto, a situação da mulher trabalhadora ainda é bastante difícil porque existe discriminação contra ela no ambiente de trabalho. Considere-se, por exemplo, o caso da mulher casada, que pode engravidar e ter filhos. Filhos são relacionados a problemas, faltas, pouco rendimento no trabalho. O simples fato de casar pode significar para a mulher a perda de emprego, como registra a proposta de uma mulher sem rendimento, entre 30 e 39 anos, casada, residente em Cuiabá, Mato Grosso.

"Perdi o emprego porque me casei'

Todos esses bancos e firmas particulares admitem enquanto as meninas estão sem compromisso e quando as mesmas vão se casar ou ficam grávidas, eles demitem, isso precisa ser visto porque eles alegam não precisar mais dos seus trabalhos, e no outro dia admitem uma nova vítima. Se estamos na época da democracia, espero que o Governo Federal faça algo a respeito da proteção da mulher.

Inclusive, torna-se mais difícil encontrar um novo emprego depois de casada, porque existe limite de idade nos concursos em geral e nesse meio tempo a mulher está na fase mais experiente de sua vida e sem (ter) como aplicar seus conhecimentos e torna-se uma pessoa infeliz por ser rejeitada com apenas 32 anos de idade.

Acreditamos no governo e na oportunidade de sermos felizes.
(6050K0235559)

Uma análise de gênero nesse texto apresenta o seguinte quadro:

CONSTRUÇÃO DO GÊNERO FEMININO

SUBSTANTIVOS		ADJETIVOS
Iª fase	meninas	vítima nova
2ª fase	mulher	casada grávida rejeitada

Os substantivos e adjetivos apresentam, em sua maioria, o sufixo - a, indicativo do gênero feminino. Estes substantivos e adjetivos se dividem cronologicamente em duas fases de vida da mulher bem delimitadas. Na primeira fase, as "meninas" ou mulheres jovens são contratadas por bancos e firmas que investem na idéia de que a juventude (e beleza) de uma mulher atrai clientes e, portanto, dá

lucro. Assim que essas mulheres casam, os bancos e as firmas demitem-nas e contratam outras, "novas vítimas". A primeira fase já demonstra fortes indícios das enormes dificuldades que virão, pois revela a imagem grotesca de jovens mulheres imoladas ("vítimas"), num permanente rodízio.

A segunda fase se caracteriza pela aparente perda de atrativos da mulher, sugerida pelos adjetivos "casada" e "grávida". O primeiro está associado à idéia tradicional que associa a mulher casada ao lar e às atividades domésticas (Magalhães, 1995). O segundo remete aos incômodos físicos, comumente associados à gravidez, que provocariam cansaço e pouco rendimento. De acordo com essas idéias, o casamento e a gravidez tornariam a mulher desinteressante para o mercado, o que justificaria sua demissão e rejeição profissional.

Naturalmente, a idéia de indisponibilidade ocasionada pelo casamento e de pouca produtividade como conseqüência da gravidez só têm importância na ótica masculina. Elas não têm um valor intrínseco e nem são necessariamente verdadeiras. Trata-se, na verdade, de pressupostos ou ideologias naturalizadas, ou seja, tornadas naturais. Estas ideologias têm origem entre os homens que dominam a sociedade brasileira (empresários, banqueiros e outros), que exploram a mulher, em primeiro lugar, como "escravas do lar" e, em segundo lugar, como objeto vendável no mercado, para obter lucro e aumentar seu poder. O motivo pelo qual a exploração não aparece como tal é que ela se baseia em idéias ou pressupostos tidos como naturais e aceitos até por muitas mulheres. As convenções para a produção e interpretação desse tipo de discurso, em que a mulher é considerada uma mercadoria a ser consumida como os demais objetos, são determinadas pela ordem social em vigor no Brasil, uma ordem social capitalista e dominada por homens.

Conclusão

O texto analisado apresenta elementos de dois tipos de discurso: o primeiro, *discriminatório*, e o segundo, *reivindicatório*.

Com relação ao discurso discriminatório, nota-se a necessidade de desenvolvimento de uma consciência lingüística crítica entre as mulheres brasileiras em que se explicitem tipos de discurso discriminatório ou ideológico, em que a mulher seja tratada como objeto. De acordo com os dados desta pesquisa, a tarefa de conscientização lingüística crítica surtirá mais efeito em mulheres com rendimento e em grupos etários mais jovens. Mas é preciso mostrar também aos outros grupos os sentidos "sexistas" e discriminatórios, freqüentemente embalados em formas lingüísticas aparentemente neutras. É fundamental um trabalho sobre a linguagem, para garantir um espaço social. A luta da mulher é política; a linguagem deve ser seu instrumento.

Proponho que a tarefa de conscientização lingüística crítica comece pela explicitação de um viés masculino no português. Com relação a este ponto, o emprego do gênero masculino "não marcado" deve ser evitado porque contribui para manter como neutro ou genérico um sentido que apresenta obviamente uma referência masculina. Embora se saiba que a neutralidade sexual é ilusória, chamar a atenção da sociedade para o gênero feminino leva ao questionamento do que Pa-

teman (1980:77) denomina "discurso preguiçoso" (*idle discourse*), o qual trata os sentidos como se fossem estáticos, fechados ao debate.

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, P. *Outline of a theory of practice*. Trad. inglesa R. Nice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- Cameron, D. *Feminism and linguistic theory*. London: Macmillan, 1985.
- Cunha, C. *Gramática do português contemporâneo*. 2a ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1971.
- Fairclough, N. *Language and power*. London: Longman, 1989-
- Foucault, M. *Hordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- Lyons, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- Magalhães, M.I.S. A critical discourse analysis of gender relations in Brazil. *Journal of Pragmatics*, 23: 183-197, 1995.
- Magalhães, M.I.S. Discurso da mulher à nova Constituição do Brasil. In: Monclaire, Stephane (ed.) *A Constituição desejada*. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1991, pp. 143-86.
- Orlandi, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2a ed. Campinas, S.P.: Pontes, 1987.
- Spender, D. *Man made language*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980.